



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Segurança Pública
para os devidos fins.

Em 15/04/25

pp. Marcella Lima
Conciliação de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Marcella Lima
Secretária Legislativa - CCL

Ao Deputado GUSTAVO
METCAL

para relatar.

Em 06/05/25

pp.
Presidente da Comissão de Segurança
Pública



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

PARECER nº

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNOR Nº 37 de 2025,
encaminhando através da MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO Nº
57/2025 –GG, que:**

Institui o Sistema de Compensação pelo
Cumprimento de Metas por Indicadores
Estratégicos de Criminalidade no Estado do
Piauí

**AUTOR: GOV. RAFAEL FONTELES
RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA**

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual que “Institui o Sistema de Compensação pelo Cumprimento de Metas por Indicadores Estratégicos de Criminalidade no Estado do Piauí”.

A proposição estabelece mecanismo de compensação pecuniária voltado aos agentes de segurança pública — integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar — atrelado ao cumprimento de metas estratégicas definidas em indicadores de criminalidade.

O projeto também define critérios para a fixação e avaliação das metas, cria uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, e determina que a regulamentação se dará por decreto do Poder Executivo.

É o relatório. Passo à análise do mérito.

II – VOTO DO RELATOR

Após análise na Comissão de Constituição e Justiça, constatou-se que não há qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição conformada às limitações formais e materiais.



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

A proposta prevê que a compensação poderá alcançar até 75% do subsídio dos servidores, desde que estes estejam no efetivo exercício de suas funções.

A iniciativa busca o desempenho funcional vinculado a resultados concretos, promovendo uma política meritocrática no âmbito da segurança pública. O sucesso da medida, contudo, dependerá da clareza e objetividade na fixação dos indicadores, bem como da transparência dos critérios técnicos de avaliação, os quais serão definidos por decreto e monitorados por uma comissão técnica formada por representantes do Poder Executivo.

Do ponto de vista técnico, o projeto está estruturado, não criando cargos ou gratificações permanentes, o que minimiza impactos financeiros continuados. Busca-se uma política pública de incentivo à eficiência e à redução da criminalidade, compatível com os objetivos do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta, no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade, motivo pela qual entendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

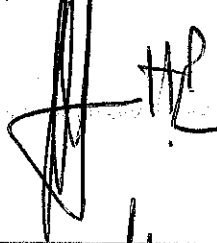
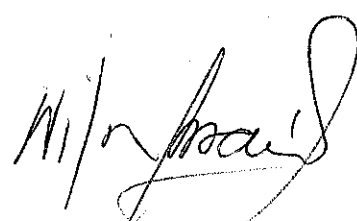
Pelo acatamento (X)

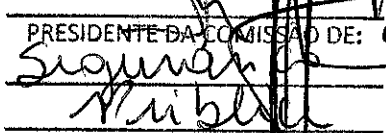
Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 13 de maio de 2025.


DEP. GUSTAVO NEIVA
RELATOR

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.al.pi.leg.br

APROVADO A UNANIMIDADE EM, 14/05/2025 PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: 



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.al.pi.leg.br